

VULNERABILIDADE E COMPORTAMENTO SEXUAL DE RISCO RELATIVO AS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS DE UNIVERSITÁRIOS DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA DE VITÓRIA ESPÍRITO SANTO NO ANO DE 2021

Fernando Campos Adame¹

Alexandra Boutros Chamoun Del Piero²

RESUMO

Compreender o conhecimento e o comportamento sexual de risco dos jovens universitários acerca das infecções sexualmente transmissíveis ajuda a elucidar a adoção de práticas de prevenção nessa população. A construção psicossocial dos jovens nessa fase da vida envolve inúmeros fatores relativos ao entendimento da vulnerabilidade sexual. Objetivou-se analisar o perfil dos universitários quanto ao conhecimento das IST e práticas de prevenção, entendendo a percepção quanto ao uso de preservativos nas relações sexuais fixas e casuais aliados ao consumo de bebidas alcoólicas e/ou drogas ilícitas nessas relações. Estudo descritivo, quantitativo e transversal realizado em uma instituição de ensino superior particular em Vitória-ES. Participaram do estudo 124 universitários. Para coleta de dados utilizou-se um questionário online autopreenchido com perguntas objetivas e de múltipla escolha. A maior parte eram do curso de Farmácia (33,8%), do sexo feminino (58,9%), solteiros (42,7%) e sexualmente ativos (69,4%). A maioria (27,6%) afirma não utilizar preservativos quando em relação fixa enquanto 31,6% utilizaram em todas as relações casuais. O consumo de bebida alcoólica se mostrou elevado (70,2%) opondo-se ao fato de se relacionar sob o efeito de álcool (41,1%). O conhecimento geral sobre as infecções sexualmente transmissíveis se mostrou acima dos 80% em todas elas e a contaminação por alguma destas se mostrou abaixo de 15% na população estudada. Percebe-se a necessidade da adoção de ações educativas no ambiente universitários a fim de prevenir e conter os riscos à saúde do jovem como um todo.

Palavras-chave: Infecções Sexualmente Transmissíveis. Vulnerabilidade. Universitários. Comportamento Sexual de Risco. Prevenção.

ABSTRACT

Understanding the knowledge and risky sexual behavior of young university students about sexually transmitted infections helps to elucidate the adoption of prevention practices in this population. The psychosocial construction of young people at this stage of life involves numerous factors related to the understanding of sexual vulnerability. The objective of the study was to analyze the profile of university students regarding their knowledge of STIs and prevention practices, understanding the perception of the use of condoms in regular and casual sexual relations, alongside with

¹ Graduando do Curso de Farmácia Generalista da Católica de Vitória Centro Universitário. E-mail: fernando.adame@souunisales.com.br

² Graduada em Biomedicina, Especialista em Controle de Qualidade laboratorial, coordenadora de curso e laboratorial. Email:alexandra.piero@salesiano.br

the consumption of alcoholic beverages and/or illicit drugs in these relationships. A descriptive, quantitative and cross-sectional study carried out in a private higher education institution in Vitória-ES. 124 university students participated in the study. For data collection, an online self-completed questionnaire with objective and multiple-choice questions was used. Most of the subjects were from the Pharmacy course (33.8%), female (58.9%), single (42.7%) and sexually active (69.4%). The majority (27.6%) stated that they did not use condoms when in a fixed relationship, while 31.6% used them in all casual relationships. The consumption of alcoholic beverages was high (70.2%), opposing the fact of relating under the influence of alcohol (41.1%). The general knowledge about sexually transmitted infections was shown to be above 80% in all of the answers, and contamination by some of these infections was shown to be below 15% in the population studied. It is perceived the need to adopt educational actions in the university environment in order to prevent and contain risks to the health of young people as a whole.

Keywords: Sexually Transmitted Infections. Vulnerability. College students. Risky Sexual Behavior. Prevention.

1 INTRODUÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) estão relacionadas entre as condições mais agudas e prevalentes em todo o mundo, sendo hoje uma das principais causas de procura ao atendimento pelo sistema de saúde. Causadas por cerca de mais de 30 agentes etiológicos virais, bacterianos e parasitários, são transmitidas quase que exclusivamente pelo contato sexual oral, anal e vaginal sendo caracterizadas por serem curáveis ou incuráveis. Dentre os mais de 30 patógenos responsáveis pelas Infecções Sexualmente Transmissíveis, oito se destacam pela constante procura ao sistema de saúde, sendo elas o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), as Hepatites Virais, Herpes Genital, o Papiloma Vírus Humano (HPV), a Sífilis, a Clamídia, a Tricomoníase e a Gonorreia. Múltiplos fatores condicionados as situações de vulnerabilidade dos indivíduos ou grupo populacionais que partilham de características comuns, abarcam a dinâmica da etiologia das Infecções Sexualmente Transmissíveis. Por se tornarem frequentes, recorrentes e de inúmeras sintomatologias e etiologias que impactam na vida das pessoas que são acometidas por essas infecções, é importante salientar as complicações provenientes do tratamento inapropriado ou a falta dele (FONTE, et al., 2018; GRAF; MESENBURG; FASSA, 2020).

Publicado em 07 de maio de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) trouxe dados demonstrando que os jovens do estado do Espírito Santo são os que menos utilizam preservativos em suas relações sexuais. A pesquisa apontou que apenas 18,1% dos jovens entrevistados relataram utilizar preservativos nas relações sexuais nos últimos 12 meses anteriores ao levantamento que aconteceu no ano de 2019. Esses dados preocupam uma vez que é o menor índice apresentado em todo o Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

A ocorrência de Infecções Sexualmente Transmissíveis entre a faixa etária dos 14 aos 29 anos, comparado as demais faixas se deve, em partes, ao fato de os jovens terem a sua iniciação sexual cada vez mais precoce, na adolescência, proporcionando assim uma maior variabilidade de parceiros sexuais durante a vida, a inexperiência e falta

de informação de fonte segura. A adolescência é intimamente marcada pelo amadurecimento pessoal e descobrimento dos prazeres, atraindo-os a novas experiências e grandes desafios sendo essa a fase de descoberta e iniciação das práticas sexuais. Na juventude, o desenvolvimento humano ocorre devido a várias transformações de ordem física e psicológica consolidando a identidade sexual (SPINDOLA et al., 2020).

Em sua maioria, os jovens possuem conhecimento acerca da importância e uso de preservativos para evitar uma gravidez indesejada e adquirir uma Infecção Sexualmente Transmissível, porém estudos publicados na área vêm demonstrando diversas falhas nesse contexto e as formas de prevenção não se evidenciam de maneira clara. O uso, e em algumas vezes o recurso ao preservativo, não é tão presente na vida do adolescente/jovem tornando sua utilização uma cadeia mais social do que um ato de conscientização. A sigla IST - Infecção Sexualmente Transmissível - teve seu uso evidenciado a partir de sua publicação no Diário Oficial em 11 de novembro de 2016, devido ao fato que as infecções causadas por via sexual em sua grande maioria são curáveis e assintomáticas sendo detectadas através de diagnósticos laboratoriais, e que antes a sigla DST (Doença Sexualmente Transmissível) designava doenças com sinais e sintomas aparentes. (BRASIL, 2019; FONTE, 2018).

Hugo e colaboradores (2011) corroboram o fato de que em sua grande maioria os jovens iniciam sua vida sexual sem utilizar nenhum preservativo, por designar esse tipo de relação como algo casual. Os motivos elencados para justificar o não uso de preservativos variam de não gostar, imprevisibilidade do acontecimento da relação sexual e a confiança no(a) parceiro(a). Relacionado a isso está o início do uso de bebidas alcoólicas e substâncias psicoativas com intuito de facilitar a aproximação entre as pessoas e aumentar a libido, estando diretamente relacionado ao aumento da exposição as infecções sexualmente transmissíveis, levando ao comportamento de risco desses jovens durante suas experiências sexuais.

Nesse sentido, diversos estudos publicados relacionam o fato de que desde a descoberta da pandemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) em 1980, a partir dos primeiros casos notificados, há um crescente aumento das Infecções Sexualmente Transmissíveis curáveis ou não entre a população jovem, o que vem se tornando um agravo de saúde pública no Brasil devido a extensão e seus fatores associados (BRASIL, 2020; CARMO, et al., 2020).

Estima-se que exista cerca de mais de um milhão de novos casos por dia de Infecção Sexualmente Transmissível - somente pelo sexo - no mundo, possuindo variadas etiologias e apresentações clínicas e assim trazendo um forte impacto na qualidade de vida e relações pessoais, quer sejam familiares ou sociais dos infectados. Com isso, relacionar a vulnerabilidade dos adolescentes e jovens com as IST demonstram que esse grupo é alvo crítico e obrigatório de vigilância, uma vez que estudos comprovam que esta parte da população corresponde até a metade dos casos notificados (SILVA, et al., 2020).

Em estudos publicados, Fonte e colaboradores (2018) descrevem que o ingresso a universidade traz à tona a necessidade da socialização dos jovens por meio da busca de novas amizades, conciliação de novas rotinas, estudos e novas responsabilidades antes não presentes, e devido à sobrecarga dessas atividades, surge a necessidade de descontração e diversão para aliviar o estresse.

Como consequência a isso as festas universitárias são tão presentes e promovidas para a descontração dessa carga de estresse vivido, e favorece em muitos casos a vivência de experiências, dentre elas o uso – e por muitas vezes o abuso – de álcool e/ou substâncias psicoativas que reforçam a vulnerabilidade dessa população e a assunção dos comportamentos de risco, práticas e a alta exposição aos agravos da saúde, tendendo a cada vez mais a aproximação das Infecções Sexualmente Transmissíveis (FONTE et al., 2018; SPINDOLA, et al., 2020).

Após a análise desses dados surgem alguns questionamentos: como se comportam os jovens universitários frente as infecções sexualmente transmissíveis? Quais as práticas adotadas para a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis? Até onde se estende o conhecimento dos universitários sobre as infecções sexualmente transmissíveis?

Os objetivos desse estudo foram analisar o perfil dos universitários relativo às infecções sexualmente transmissíveis, seu padrão de comportamento de risco e o nível de conhecimento sobre as IST, mensurar o conhecimento da população jovem universitária acerca das infecções sexualmente transmissíveis, entender a percepção dos universitários relativos à prevenção das infecções sexualmente transmissíveis e comparar o conhecimento e percepção de risco dos estudantes matriculados na área da saúde com as outras áreas estudadas. Assim, contribuindo com dados que irão auxiliar no desenvolvimento de projetos para a conscientização da população universitária para adoção de práticas sexuais seguras com a proteção da saúde como um todo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo descritivo com abordagem quantitativa e transversal, realizado com estudantes do ensino superior em cursos presenciais e semipresenciais de uma universidade privada do município de Vitória, Espírito Santo, ofertados no período noturno no segundo semestre letivo do ano de 2021. A coleta foi realizada de forma anônima, dos dias 01 a 20 de outubro, em qualquer horário disponível e escolhido pelo estudante. O cálculo da amostra foi realizado a partir da fórmula proposta por Triola (2008) para o cálculo de tamanho amostral para população finita admitindo margem de erro de 6,0% e nível de confiança de 95%, sendo estabelecido o “n” amostral conforme a população estudada (1.815 alunos) de 233 pessoas. Devido a hibridização no ensino noturno por conta da pandemia de Covid-19, grande parte dos alunos não compareciam as aulas presenciais e, portanto, o “n” amostral foi diminuído com aumento da margem de erro para 8,5%. Todos os dados foram armazenados e tabulados no software Microsoft Excel 365 para Windows, garantindo a organização e obtenção das análises estatísticas.

A amostra foi composta de um total de 124 estudantes dos cursos de graduação oferecidos pela instituição, sendo 42 do curso de Farmácia, 28 de Biomedicina, 20 do curso de Administração, 8 do curso de Direito, 6 de Enfermagem, 5 de Pedagogia, 4 de Ciências Contábeis e 4 de Biologia, 3 de Fisioterapia, 2 de Arquitetura e Urbanismo e 1 da Engenharia Civil e 1 de Logística. Desse total, 73 estudantes eram do sexo feminino e 51 do sexo masculino com a variação da faixa etária entre 18 a 30 anos.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado a aplicação de um questionário autopreenchido através da ferramenta Google Forms, enviados aos estudantes através da rede social (WhatsApp), com 24 perguntas fechadas, objetivas e de

múltipla escolha, organizado com variáveis em quatro eixos principais: aspectos sociodemográficos, perfil sexual, conhecimento acerca das infecções sexualmente transmissíveis e cuidados relativos à saúde e hábitos pessoais, de forma a caracterizar o comportamento sexual adotado pelos estudantes. Utilizou-se como critério de inclusão nesta pesquisa os alunos devidamente matriculados em diferentes cursos de graduação presencial e semipresencial e em qualquer período acadêmico e que compreendiam a língua portuguesa. Conforme dispõe a Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013 do Estatuto da Juventude, foram considerados aptos a responder o questionário todos os universitários com idade superior a 18 anos, de ambos os sexos, com atividade sexual ativa nos últimos 12 meses com parceiros fixos ou não.

Com base na Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas na População Brasileira (PCAP), realizada pelo Ministério da Saúde em 2008 e 2011 foram selecionadas e adaptadas as variáveis do instrumento da pesquisa matriz que atendiam ao objetivo desta investigação. Dentre elas, variáveis de exposição como sexo biológico (masculino ou feminino), idade (subdivididas na análise em 18 a 21 anos, 22 a 25 anos, 26 a 29 anos, 30 a 35 anos e acima dos 35 anos), orientação sexual (heterossexual, homossexual e bissexual), status de relacionamento no momento da pesquisa (solteiro, namorando, casado, vivendo com o parceiro mas não oficialmente casado, separado/divorciado e viúvo), com quem mora (sozinho, amigos, república, pais, companheiro(a)) e área de conhecimento a qual o curso feito pelo universitário.

Esse questionário avaliou a prática de sexo com múltiplas parcerias, acesso/aquisição de preservativos, utilização de preservativos nas últimas relações sexuais principalmente as casuais, uso de álcool ou drogas ilícitas seja ou não no ato sexual, conhecimentos, realização e frequência de testes diagnósticos para as infecções sexualmente transmissíveis.

Considerou-se como comportamento sexual de risco a não utilização de preservativos (masculino ou feminino) nas relações sexuais com mais de um(a) parceiro(a) sexual. Essa operacionalização visou o desfecho de avaliar os aspectos objetivos relacionados ao risco à saúde do indivíduo.

Todos os requisitos éticos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde foram respeitados. O aceite da participação do universitário foi considerado através da inserção do e-mail ao final do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponível no início do questionário e, portanto, entendendo que as respostas foram dadas apenas com o entendimento e a aceitação da participação pelo voluntário.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Salesiano com o parecer número 5.027.355.

VULNERABILIDADE DOS ADOLESCENTES E JOVENS FRENTE AS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Associada a epidemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) na década de 90, a palavra vulnerabilidade foi relacionada a população que se tornava mais suscetível ao adoecimento por esses fatores num contexto diversificado de desafios. Toledo, Takahashi e De-La-Torre-Ugarte-Guanilo, citado por Gil (2016, p. 20) descrevem que os estudos sobre a

vulnerabilidade ao HIV antes de 1990 centravam-se unicamente no indivíduo em seu grupo de risco com pouca ou nenhuma evidência sobre outras vertentes relacionadas a doença. A partir de então o termo comportamento de risco passou a ser adotado no lugar de grupo de risco nas orientações de pesquisas, tratando a epidemia num contexto mais social que individual, o que diminuía a culpabilidade do indivíduo (GIL, 2016; SOUZA, et al., 2021; SPINDOLA, et al., 2020).

No conceito da saúde, a vulnerabilidade foi descrita por Mann e colaboradores (apud GIL, 2016) como a chance de exposição a condições que possam expor o indivíduo a situações de fragilidade e adoecimento. Esse conceito envolve inúmeros processos que os indivíduos estão sujeitos e não apenas concernente a exposição e adoecimento, mas também sociais, econômicos, políticos e socioculturais, favorecendo o risco individual e coletivo e a complexidade de relações vivenciadas pelo ser humano.

Inicialmente as notificações relativas ao HIV/Aids foram feitas entre a população homossexual masculina seguida dos usuários de drogas injetáveis e prostitutas, sendo estes denominados “grupo de risco”. Posteriormente essa denominação foi substituída por comportamento de risco devido ao fato de a exposição a infecção pelo HIV se associar a prática de relação sexual sem preservativo, compartilhamento de seringas, dentre outras práticas. Já na década de 90, a alteração do perfil epidemiológico da infecção pelo vírus HIV demonstrou que vulnerabilidade independe da orientação sexual do indivíduo (SOUZA, et al., 2021; SPINDOLA, et al., 2020).

De acordo com o Ministério da Saúde o comportamento de risco entre os jovens brasileiros vem impedindo o país no avanço ao combate as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) gerando o aumento exponencial dos casos de Sífilis, do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e a transmissão das Hepatites Virais. A fim de orientá-los sobre as IST o Governo Federal lançou em fevereiro de 2020 uma campanha permanente de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), propondo uma mudança de comportamento de jovens sexualmente ativos entre 15 e 29 anos, quanto ao uso de preservativos evitando as principais infecções curáveis ou não. A distribuição gratuita de preservativos na rede pública de saúde é ainda a forma mais simples e eficaz de se proteger das Infecções Sexualmente Transmissíveis e evitar uma gravidez indesejada (BRASIL, 2020).

Uma vulnerabilidade crescente dos adolescentes e adultos jovens que constituem o grupo de risco para as IST decorre, principalmente de falhas ou inconsistências do uso de preservativos correlacionado as altas taxas de relações sexuais com parceiros diferentes. Embora considerada vulnerável a inúmeros problemas de saúde, também por meio de aspectos socioculturais, ainda não existe uma política que, de fato, se concentre nessa população (FONTE, et al., 2018; SZWARCOWALD et al., 2000).

A etapa da vida dos adolescentes é marcada por processos de complexidade no desenvolvimento biológico, psíquico e social e é nessa fase que as influências contextuais, principalmente as externas ao plano familiar, tem maior importância e magnitude, pois irão, diretamente, influenciar a tomada de decisões e condutas contribuindo para definição do estilo de vida escolhido. Pode-se afirmar que é neste período que o jovem oscila entre o comportamento de risco calculado - onde a ação é pensada - e o de risco insensato - onde se expõem de forma gratuita - podendo comprometer sua vida de forma irreversível (SZWARCOWALD apud DICLEMENTE, 2000).

Nessa fase, há o marco do sentimento de invulnerabilidade e atitudes contestadoras que caracterizam a dificuldade de utilização dos métodos contraceptivos de forma efetiva, principalmente os preservativos, contrapondo-se assim as práticas sexuais seguras recomendadas. Paralelo a isso a frequente, e crescente, utilização de bebidas alcoólicas e drogas psicoativas não só trazem prejuízo a saúde como um todo, mas também, aumenta o comportamento de risco e vulnerabilidade dessa população. Ainda hoje existe um espaço aberto na literatura especializada demonstrando que o conhecimento das práticas sexuais desprotegidas e a forma como se comportam os jovens estão de forma controversa, pois mesmo conhecendo os riscos e possíveis consequências, estes continuam a se expor (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2018).

De acordo com a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS), no Brasil os jovens de baixo nível de instrução apresentam maior atividade sexual, maior variabilidade de número de parceiros, iniciam a vida sexual mais precocemente e tem o menor percentual de uso de preservativos nas últimas relações, contribuindo dessa maneira para o elevado número de IST registrado. Já a Política Nacional de Promoção a Saúde (PNPS) instituída pelo Sistema Único de Saúde (SUS) descreve que a promoção a saúde depende de variáveis como diálogo entre o conceito popular, técnico e científico e a integração do social para os setores sociais voltados para o bem individual e coletivo (CARMO; et al., 2020).

A distribuição gratuita de preservativos na rede pública de saúde é ainda a forma mais simples e eficaz de se proteger das Infecções Sexualmente Transmissíveis e evitar uma gravidez indesejada. Ainda descrito pelo Ministério da Saúde, “as infecções transmitidas por relação sexual são causadas por dezenas de vírus e bactérias durante o contato sexual, sem o uso de camisinha [...] e aumentam em até 18 vezes a chance de infecção pelo HIV/Aids.” (BRASIL, 2020).

Desse modo, é importante divulgar e reforçar constantemente a necessidade de prevenção entre a população mais vulnerável, incentivando-os ao uso de preservativos, ao passo que ao longo dos anos, pesquisas vêm demonstrando que o seu uso está caindo cada vez mais entre o público jovem (RAMOS, et al., 2020).

EPIDEMIOLOGIA DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Considerada um problema de saúde pública mundial as infecções sexualmente transmissíveis estão entre as doenças mais comuns em todo mundo e no Brasil, estudos relacionados sobre a prevalências das IST demonstram a magnitude do problema. Com base em dados de prevalência mundial, estimou-se pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que de 2009 a 2016 houve um total de 376,4 milhões de casos incidentes de IST curáveis. Desses, cerca de 127 milhões eram de clamídia, 86,9 milhões de gonorreia, 156 milhões de tricomoníase e 6,3 milhões de sífilis. Tais indicadores demonstram a alta frequência das IST justificando a estratégia global de ações prioritárias para alcance das metas de eliminação das IST aproximadamente em 2030 (MIRANDA, et al., 2021).

Causadas por vírus, bactérias ou outros microrganismos, as IST são transmitidas principalmente pelo contato sexual com parceiro(a) infectado(a) e ainda podem ocorrer verticalmente (mãe para filho) e com compartilhamento de seringas. Podem ser reconhecidas por sinais e sintomas em comum o que caracteriza o diagnóstico sindrômico. A terminologia IST (Infecção Sexualmente Transmissível) passou a ser

adotada em substituição da expressão DST (Doença Sexualmente Transmissível), haja vista a possibilidade de transmissão por uma pessoa infectada mesmo quando não apresenta nenhum sinal ou sintoma aparente (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2018).

No Brasil conforme dados do Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2020, de 2007 até junho de 2020 foram notificados ao Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) um total de 342.459 casos de infecção pelo HIV, com 152.029 (44,4%) compreendidos na região Sudeste, 68.385 (20,0%) na região Sul, 65.106 (19,0%) na região Nordeste, 30.943 (9,0%) na região Norte e 25.966 (7,6%) na região Centro-Oeste. Em relação ao sexo, nesse período, 237.551 (69,4%) dos casos notificados foram em homens e 104.824 (30,6%) em mulheres. No que se refere a faixa etária observou-se que na maioria dos casos notificados de HIV encontra-se no grupo de 20 a 34 anos, perfazendo um total de 52,7% dos casos. Entre os homens, foi observado que 51,6% dos casos foram decorrentes de exposição homo ou bissexual e apenas 31,3% heterossexual. Entre as mulheres nota-se que 86,6% dos casos se inserem na categoria de heterossexual. Com relação a mortalidade por Aids no Brasil, desde o início da pandemia em 1980 até o último dia de 2020 foram notificados um total de 349.784 óbitos tendo como causa básica o HIV/Aids. O estado do Espírito Santo apresentou um coeficiente menor de óbitos em relação à média nacional (4,1/100.000 habitantes) sendo 4,0 óbitos por 100.000 habitantes em 2019 (BRASIL, 2020).

Em relação a Sífilis, dos anos de 2010 a junho de 2020 foram notificados cerca de 783.544 casos por sífilis adquirida, onde 52,7% ocorreram na região Sudeste, 22,2% no Sul, 13,0% no Nordeste, 6,8% no Centro-Oeste e 5,2% no Norte. Nos anos de 2018 e 2019 o Brasil demonstrou uma queda nas taxas de detecção de sífilis adquirida em todas as regiões exceto a região Norte cujo aumento de casos foi de 5,1%. No ano de 2019 o estado do Espírito Santo estava entre as onze Unidades Federativas com a taxa de detecção superior à média nacional, apresentando cerca de 117,1 casos por 100.000 habitantes ocupando o segundo lugar desse ranking. Também no ano de 2019 grande parte das notificações no Brasil ocorreram em indivíduos com idade entre 20 a 29 anos (36,2%) seguidos pela faixa de 30 a 39 anos (21,8%). A razão entre os sexos masculino e feminino ficou em 0,7, ou seja, sete casos em homens para dez casos em mulheres (BRASIL, 2020).

Já as Hepatites Virais tiveram direta variação nos últimos anos em relação as notificações. De 1999 a 2020 foram apresentados pelo Sinan 689.933 casos confirmados de hepatites no Brasil. Destes, 168.579 (24,4%) são de hepatite A, 254.389 (36,9%) de hepatite B, 262.815 (38,1%) de hepatite C e 4.150 (0,6%) de hepatite D. Os maiores casos notificados pelo vírus A está concentrado no Nordeste com 30,1% e os casos dos vírus B e C no Sudeste com 34,2% e 58,9% respectivamente. Já a região Norte acumula os casos de hepatite D com 74,9% dos casos notificados. Dos anos de 2000 a 2019 foram identificados no Brasil cerca de 78.642 óbitos decorrentes das infecções por hepatites A, B, C e D, sendo a taxa de mortalidade de 1,9%, 21,3% 76,2% e 0,9% respectivamente (BRASIL, 2020).

ALTERAÇÃO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Conforme descreve Barbosa e colaboradores (2016) o perfil epidemiológico, principalmente relacionado a AIDS, tem mudado ao longo dos anos. O perfil de

comportamento de risco de adultos jovens se relaciona diretamente com o número de parceiros sexuais, baixa adesão a utilização de preservativos, relações sexuais sob efeito de álcool/drogas ilícitas e com pessoas recentemente conhecidas e, variáveis familiares e socioculturais, corroborando os estudos já publicados pelo Ministério da Saúde.

No passado as principais vias de transmissão das IST ocorriam entre homens com relações homossexuais e profissionais do sexo, por transfusão sanguínea e uso de drogas injetáveis. Esse perfil vem mudando tendo aumento da transmissão através do contato heterossexual, sobrepondo o homossexual, com aumento significativo entre as mulheres. Em Portugal uma grande parte das Infecções Sexualmente Transmissíveis no ano de 2012 acometiam mulheres e dentre essas, 26% dos casos de AIDS notificados ao Ministério da Saúde. Contudo poucos estudos demonstraram os fatores que de fato aumentam a vulnerabilidade das mulheres portuguesas (COSTA; FERREIRA; MCINTYRE, 2018).

Entre o sexo feminino, estudos vem demonstrando uma relação inversa entre o uso de preservativos nas relações e a proporção de relações sexuais desprotegidas. É importante salientar que fatores biológicos e sociais podem deixar as mulheres mais vulneráveis a contrair uma infecção sexualmente transmissível comparada aos homens. Essa postura assertiva em relação a tomada de decisões sobre sua saúde sexual e reprodutiva tem demonstrado preocupação em diversos estudos (MOREIRA; et al., 2018).

De acordo com o Ministério da Saúde (2017) a porcentagem de indivíduos do sexo masculino heterossexuais que são soropositivos sobrepõe aos homossexuais masculinos. Essa mudança na evolução da epidemia do HIV/Aids se deve, em grande maioria, ao fato dessa população não se identificar como “grupo de risco” e conseqüentemente, com a necessidade de prevenção. Essa constatação quebra o paradigma associado pela sociedade em relação ao HIV acometer apenas homossexuais. Tal fato pode ser justificado devido a exposição pela mídia dos diagnósticos positivos em relação ao HIV/Aids de artistas brasileiros no início da pandemia na década de 80. Entretanto existe a não-divulgação de pessoas heterossexuais acometidas pela infecção e que, necessariamente, não fazem parte do grupo equivocadamente considerado de risco (HERNANDES, 2019; GUIMARÃES, 2001).

Spindola (2019) descreve em seu estudo publicado que a prática sexual de estudantes universitários tem apresentado mudanças comportamentais relativas ao sexo feminino, tendo colaboração sobre isso a maior independência das jovens capazes de assumir livremente o exercício da sua sexualidade e dos métodos contraceptivos. Contudo, esse comportamento e em contrapartida o aumento e variabilidade de parceiros sexuais juntamente ao não uso de preservativos, tem deixado essa parcela mais vulnerável a contaminação pelas infecções sexualmente transmissíveis.

COMPORTAMENTO SEXUAL DE RISCO E A VULNERABILIDADE DOS UNIVERSITÁRIOS

O ingresso aos cursos de graduação pode contribuir ao aumento do comportamento de risco dos jovens devido algumas mudanças comportamentais, as quais incluem responsabilidades, autonomia financeira, poder de dirigir suas ações e decisões,

mudança de cidade, aproximação de novas pessoas, maior contato e oportunidade de uso de álcool, drogas e prática de sexo inseguro (BARBOSA et al., 2016).

Fonte e outros (2018) explica que ao ingressar na universidade a maioria dos jovens vivem uma realidade diferente, com rotina intensa de estudos, compromissos e responsabilidades juntamente com a busca de novas amizades e grupos sociais. Dessa forma a prática de festas voltadas para esse público, para alívio dessa tensão e interação social, se torna parte da vivência universitária sendo necessário para aliviar o acúmulo de emoções dessa nova fase e assim promovendo novas formas de comportamento.

Estudos nesse sentido demonstram que a vulnerabilidade dessa população relativos as IST se tornam cada vez mais próximas devido a variedade de parceiros e em muitos casos o início precoce da vida sexual. Surge então o aparecimento e consolidação de novas relações e comportamentos, principalmente em relação com consumo de álcool e outras drogas ilícitas e encontros sexuais casuais sem proteção. A literatura comprova que mesmo tendo o conhecimento sobre os riscos relativos à prática sexual de risco correlacionado as IST, os universitários assumem a invulnerabilidade frente a esses casos movidos pelo impulso na maioria das vezes impensado (FONTE; 2017; FONTE, 2018).

Segundo Hernandez (apud DOMINGUES, 1997; REIS, 2012) mesmo informados sobre prevenção e métodos contraceptivos, uma parcela dos estudantes universitários ainda resistem em praticá-las com alegação da casualidade das relações, falta de planejamento, fantasia em relação ao desempenho sexual, invulnerabilidade em contrair infecções ou simplesmente por não se sentirem confortáveis com o uso do preservativo, seja masculino ou feminino. Essas informações só confirmam o fato de que possuir a informação acerca dos métodos e das IST não garante a prática sexual segura já que não se previnem durante as relações.

O crescente aumento das IST não se torna algo exclusivo do Brasil, sendo considerado um problema mundial, haja vista a irresponsabilidade dos jovens, falta de conscientização e informações precárias, associadas a campanhas que focaram, quase que exclusivamente, apenas no uso do preservativo. Desse modo há um crescente desenvolvimento de novas estratégias como vacina, medicamentos preventivos, campanhas com maior acessibilidade de informações aliados ao uso do preservativo, que ainda se torna o meio mais barato e eficaz de prevenção (LENHARO, 2018).

Ainda no Brasil, segundo relata Graff e colaboradores (2020), poucos estudos estão relacionados a prática sexual de risco entre universitários tendo uma maior abordagem à adolescentes escolares. Grande parte das avaliações feitas para universitários tiveram enfoque àqueles da área da saúde com abordagem descritiva relativo ao nível de conhecimento acerca das IST, sendo menos abordado os assuntos relativos ao impacto psicossocial, orientação sexual e identidade de gênero, o papel da tecnologia influenciando o comportamento sexual e a variabilidade entre as áreas do conhecimento.

Desse modo, atividades acadêmicas relacionadas a saúde e prática sexual para jovens universitários tem extrema relevância frente as mudanças comportamentais destes que ingressam na universidade. A análise da conduta da vida sexual e conhecimento das IST é considerado um fator importante para trabalhos preventivos a população acadêmica, contribuindo para o esclarecimento do assunto junto a esse

grupo afim de minimizar riscos relativos à exposição dos jovens às infecções transmitidas pelo sexo e riscos à saúde (SALES, et al., 2016; SPINDOLA, et al., 2019).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo abordou estudantes universitários de diferentes cursos de graduação oferecidos por uma instituição de ensino superior particular na cidade de Vitória no Espírito Santo. Participaram da pesquisa 124 estudantes, sendo a maioria do sexo feminino, que se afirmam heterossexual, sem parceiros fixos ou casuais, com a faixa etária predominante de 18 a 21 anos e morando com familiares, como demonstra a Tabela 1.

No que tange aos aspectos sociodemográficos, outros estudos corroboram o perfil social dos universitários abordados nesta pesquisa. Em seu estudo, Sales e colaboradores (2016) entrevistaram 819 universitários da área da saúde dos quais 77,41% eram do sexo feminino; em concordância com o estudo realizado por Silva et al. (2019), com 357 estudantes do ensino superior onde 67,5% eram do sexo feminino; podendo ser confirmado por Fonte et al. 2018 que em seu estudo entrevistou 768 estudantes e destes, 51% eram do sexo feminino, assemelhando-se ao resultado obtido nessa pesquisa quando 58,9% dos respondentes eram do sexo feminino. Divergentes aos achados desta pesquisa (41,1%), porém com baixíssima diferença, observamos no estudo realizado por Felipe (2014), o predomínio do sexo masculino com 59,6%.

Com relação a faixa etária, o estudo apresentou 25% dos estudantes entre 18 a 21, concordando com as pesquisas realizadas por Fontes et al. (2018) no qual a predominância de idade (69,26%) mostrou-se a mesma. Estudos apontam que a idade média para iniciação sexual se torna importante na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, uma vez que tem relação direta com o nível de escolaridade e melhor aprendizagem temática do indivíduo, assim, tendo menor vulnerabilidade frente ao caso (BEZERRA; et al., 2012 apud BARBOSA; et al., 2006).

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica dos universitários de uma instituição superior particular (n=124) de Vitória, Espírito Santo

Variáveis	(continua)	
	n	%
Sexo		
Masculino	51	41,1
Feminino	73	58,9
Faixa Etária		
18 a 21 anos	31	25
22 a 25 anos	19	15,3
26 a 29 anos	19	15,3
30 a 35 anos	29	23,4
Acima de 35 anos	26	21
Estado Civil		
Solteiro(a)	53	42,7
Namorando (fixo)	35	28,2
Casado atualmente	16	12,9
Vive com companheiro(a) mas não é		

oficialmente casado(a)	16	12,9
Separado(a) ou divorciado(a)	5	4
Viúvo(a)	1	0,8
Orientação Sexual		
Heterossexual	71	57,3
Homossexual	42	33,9
Bissexual	8	6,5
Pansexual*	1	0,8
Prefere não informar	2	1,6
Com quem/onde reside atualmente		
Sozinho(a)	29	23,4
Amigos(a)	5	4
República	3	2,4
Casa dos Pais	55	44,4
Companheiro(a)	35	28,2

Nota: *Atração sexual, romântica ou emocional em relação às pessoas, independente de ou identidade de gênero.

Fonte: Pesquisa direta.

Com relação aos cursos de graduação a maioria dos respondentes eram do curso de Farmácia, 33,8% (42), seguido pela Biomedicina, 22,5% (28), e Administração, 16,1% (20). Os demais participantes, 27,4% (34), pertenciam a outros cursos oferecidos pela instituição. Segundo a área de conhecimento, disponibilizaram-se a responder a pesquisa 66,9% (83), universitários da área da saúde e 33,06% (41) às demais áreas. Esse resultado demonstra que os estudos realizados com a temática abordada até o momento, foi em sua maioria, exclusivos com universitários dos cursos da saúde com foco em relação ao nível de conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis ou avaliação de outros desfechos relativos ao comportamento sexual de risco. Opondo-se a esse modelo, em um estudo realizado em um campus universitário de uma instituição particular no estado do Rio de Janeiro no ano de 2016, observou-se a predominância de participantes das demais áreas dos cursos de graduação que não saúde (GRAFF; et al., 2019; FONTE; et al., 2018).

Sobre as condutas e comportamentos sexuais de risco, apontados na Tabela 2, 69,4% (86) dos universitários se consideram sexualmente ativos. Isso demonstra o fato de que milhões de jovens a cada anos se torna sexualmente ativo, e de acordo com Santana (2017) ao se relacionar sexualmente, o jovem se depara com um mundo onde o sexo é algo satisfatório e dinâmico, possuindo uma vida sexual com maior liberdade e autonomia que os antepassados, porém ainda sofrendo com influências do meio externo sobre suas condutas e o processo de sua sexualidade. A influência do ambiente acadêmico nas relações, tendo a diversidade cultural aliada a ânsia de viver intensamente, induzem os jovens a assumir comportamentos diferentes e muitas vezes arriscados relativos ao sexo (MERENHQUE; et al., 2020).

No que tange ao uso de preservativos nas relações sexuais com parceria fixa, a pesquisa apontou que 22,7% (32) não acham necessária a utilização, confirmando os estudos que demonstram que a prática sexual sem preservativos em muitas vezes pode ocorrer sob a alegação na confiança da parceria, desconforto do preservativo na relação sexual, uso de anticoncepcional oral, falta do preservativo no momento da relação. Esses motivos também foram evidenciados em diversas literaturas sobre o

tema, indicando a negligência em relação a proteção contra as infecções sexualmente transmissíveis favorecendo o risco existente (BEZERRA; et al., 2012).

Segundo Pirotta e Schor (apud HERNANDES, 2019, p. 15) num estudo realizado em São Paulo, revelou que o uso de preservativos e pílulas em relações ocasionais se manteve presente. Contudo, entre os que mantem relacionamento fixo, as pílulas substituíam o uso de preservativos, demonstrando maior preocupação com o risco de engravidar em comparação a de contrair uma infecção sexualmente transmissível.

De acordo com Silva e colaboradores (2019) a omissão da história sexual pregressa de muitas parcerias sexuais e condutas com parceiros casuais simultaneamente a relação de compromisso, favorece o contágio das parcerias fixas aumentando o risco de contrair alguma infecção sexualmente transmissível. Isso pode, a longo prazo, causar uma falsa sensação de segurança na relação, estimulando a manutenção de relações desprotegidas.

Spindola e colaboradores (2020) relatam que os universitários entendem que tanto o homem quanto a mulher são vulneráveis a contrair alguma IST, porém seu estudo retrata que a confiança no parceiro e a cultura de submissão/dependência, relacionado ao receio de perder o parceiro no tocante da exigência do uso de preservativo na relação sexual, contribui especialmente para a vulnerabilidade feminina.

A prevalência de 31,6% (30) do uso de preservativos entre os universitários entrevistados, nas relações sexuais casuais nos últimos 12 meses a pesquisa apontados na Tabela 2, pode ser considerada baixa quando comparado a estudos com jovens de população geral, embora tenha sido a maior porcentagem das respostas. Em um estudo realizado com jovens brasileiros com idade entre 15 e 24 anos de ambos os sexos, a ocorrência do uso de preservativos na última relação ficou em torno de 60% (MOREIRA; DUMITH; PALUDO, 2016).

Contudo, conforme relatado por Gutierrez e colaboradores (apud Ferreira, 2019), foi observado maior proporção de jovens solteiros utilizando preservativos em sua última relação sexual. Esse achado pode ser comparado ao estudo realizado na Tanzânia com mulheres de 15 a 49 anos, onde demonstrou um maior uso de preservativos entre as mulheres solteiras na última relação sexual. A relação entre o uso de preservativos e a relação sexual casual presente nesse estudo, corrobora os achados de estudo realizado na África.

Ainda em seu estudo Gutierrez e colaboradores (2019) relatam que entre os homens, as parcerias sexuais casuais e homoafetivas estiveram relacionadas ao maior uso de preservativos. Esses achados sugerem uma maior conscientização sobre as condições associadas a transmissibilidade de infecções sexualmente transmissíveis e adoção de métodos de gerenciamento de risco como prevenção entre a população masculina.

Na Colômbia, um estudo realizado com universitários demonstrou que estudantes da área da saúde são os que mais utilizaram preservativos nas últimas relações sexuais, o que pode sugerir que essa prática se deve ao fato de ter maior conhecimento sobre as infecções e formas de transmissão (FONTE; et al., 2018).

Em outra pesquisa realizada no campus de uma instituição pública de ensino superior no estado do Rio de Janeiro no ano de 2014, o uso de preservativos entre os estudantes que relataram não possuir relacionamento fixo (89,2%) ou possuir e não conviver (81,1%) foi maior comparados àqueles que possuem companheiros e vivem

com eles (56,4%), confirmando o que estudos veem demonstrando ao longo dos anos que a confiança no parceiro expõe a relação ao risco de contrair uma IST (FELIPE, 2014).

Opondo-se aos fatos anteriormente citados, Bezerra e colaboradores (2012) descrevem que claramente houve redução na adoção do uso de preservativos entre a primeira e a última relação sexual, sendo 86,3% contra 63,7% respectivamente. Também descrito por Sales e outros (2016) o uso do preservativo é inconsistente entre os jovens demonstrando ainda que boa parte dessa população não costuma utilizar o método como barreira de prevenção a contrair uma infecção sexualmente transmissível, existindo simetria entre homens e mulheres quanto a utilização dele.

Quando indagados sobre a relação sexual com parceiros fixos e casuais, simultaneamente, a maior parte, 55,6% (69) afirmou não ter esse tipo de relação e dos que tiveram, 12,9% (16) utilizaram preservativos em todas as relações e 8,9% (11) julgaram não ser necessário a utilização (Tabela 2).

Ainda que a distribuição gratuita de preservativos masculinos e femininos pela rede pública de saúde nos centros de referência seja a estratégia mais simples e eficaz para o controle da disseminação das IST, observou-se nesse estudo que 54% (67) dos universitários adquiriram o preservativo em farmácias ou supermercados, 12,1% (15); limitando-se apenas a 19,4% (24) retirarem nos postos de distribuição. Dados relevantes presentes no estudo mostram que 29% (36) dos estudantes informaram não ter tido acesso ao preservativo, o que pode ter relação direta ao comportamento de risco apresentado nessa população.

Uma limitação a ser citada e considerada relativo as relações sexuais, seja com parceira fixa, casual ou ambas simultaneamente, é a taxa de perdas na pesquisa (63 universitários que equivalem a cerca de 50,8% do total de elegíveis), uma vez que os não respondentes, que optaram em não opinar sobre tal questão, podem distinguir de alguma forma dos universitários participantes.

Outro ponto a ser destacado é o uso de álcool e/ou drogas ilícitas antes das relações sexuais, já que 85,5% (106) estudantes concordam que o uso pode contribuir para o sexo sem preservativos e 70,2% fazem o consumo de bebidas alcoólicas. No geral o consumo de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas provocam o aumento da libido e diminuição do julgamento racional na tomada de decisões e consequência de atos a serem realizados, fato esse associado a depressão do sistema nervoso central prejudicando as habilidades psicomotoras, aumentando a exposição aos agentes patológicos por meio do sexo e assumindo um comportamento de risco (SALES; et al., 2016; SILVA; et al., 2019).

No geral, existe a crença que o uso de álcool antes ou durante o sexo pode aumentar o desempenho sexual, e conseqüentemente o aumento do prazer, diminuindo a ansiedade e favorecendo atos difíceis de serem realizados sem o efeito da bebida. Indivíduos alcoolizados tem maior facilidade de praticar sexo desprotegido quando comparados àqueles sem a ingestão da bebida. Contudo, outro fator relevante é a quantidade de bebida ingerida, uma vez que estudos demonstram que indivíduos que ingerem uma quantidade maior de álcool tendenciam a um comportamento sexual de risco mais acentuado em relação aos que consomem moderadamente (CARDOSO; MALBERGIER; FIGUEIREDO, 2007).

Pesquisadores descrevem que a socialização com amigos em ambientes universitários favorece o conhecimento e curiosidade pelas drogas lícitas e ilícitas. A

associação do consumo desses itens e a relação sexual torna essa população mais suscetível uma vez que a tendência é não aderir ao uso do preservativo (SANTANA, 2017).

Outro fator preponderante ao consumo de álcool associado a prática de sexo sem proteção descrito por Cardoso, Malbergier e Figueiredo (2007) é o local onde o indivíduo faz o seu consumo. Muitos locais são descritos como facilitadores sendo eles aqueles vinculados a atividades sociais em grupos, como bares, casas noturnas, clubes, shows, entre outros.

Em contrapartida aos dados supracitados, a maioria dos universitários respondentes (78,2%) não utilizaram ou utilizam substâncias psicoativas, e não tiveram relação sexual sob o efeito de álcool (58,1%) e substâncias ilícitas (78,2%) conforme dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Conduas e comportamentos sexuais dos universitários de uma instituição superior particular (n=124) de Vitória, Espírito Santo, 2021

Variáveis	(continua)	
	n	%
Considera-se sexualmente ativo?		
Sim	86	69,4
Não	30	24,2
Prefere não opinar	8	6,5
Uso de preservativos com parceiro(a) fixo(a) nos últimos 12 meses		
Todas as relações	29	25
Algumas relações	25	21,6
Não acho necessário	32	27,6
Prefiro não responder	19	16,4
Outras relações além do parceiro(a) fixo(a)	18	15,5
Uso de preservativos com parceiros(as) casuais nos últimos 12 meses		
Todas as relações	30	31,6
Algumas relações	17	17,9
Não acho necessário	8	8,4
Prefere não opinar	28	29,5
Não teve relações casuais	12	12,1
Uso de preservativos com parceiro(a) fixo(a) e casual ao mesmo tempo nos últimos 12 meses		
Todas as relações	16	12,9
Algumas relações	14	11,3
Não acho necessário	11	8,9
Prefere não opinar	16	12,9
Não teve relações com parceiros fixos e casuais concomitantemente	69	55,6
Concordância com a afirmação que uso de álcool /ou drogas ilícitas contribuem para o sexo sem preservativo		
Sim	106	85,5
Não	15	12,1
Prefere não opinar	3	2,4

Uso de bebida alcoólica*		
Sim	97	70,2
Não	37	29,8
Uso de drogas ilícitas**		
Sim	14	29,8
Não	97	78,2
Relação sexual sob o efeito de álcool nos últimos 12 meses		
Sim	51	41,1
Não	72	58,1
Relação sexual sob o efeito de drogas ilícitas no últimos 12 meses		
Sim	8	6,5
Não	112	90,3

*Considerou-se para o uso de bebidas alcoólicas todas as frequências apresentadas no questionário.

**Considerou-se para drogas ilícitas: maconha, crack, cocaína e anfetaminas.

Fonte: pesquisa direta

A Tabela 3 apresenta a associação entre a autoavaliação de possuir o conhecimento (seja agente etiológico, forma de contaminação, diagnóstico, sinais e sintomas ou tratamento) acerca das infecções sexualmente transmissíveis com o fato de já ter contraído alguma destas. Entre as infecções citadas de maior familiaridade dos universitários destacam-se o HIV/Aids, sífilis e herpes genital, com 99,2%, 94,4% e 87,1%, respectivamente, seguidas por gonorreia 84,7%, HPV e condilomas e hepatites virais com 81,5% ambas. Os resultados foram bem semelhantes quando comparados com o estudo realizado por Sales e colaboradores (2016) em uma instituição de ensino superior privada no Brasil onde 98,16% diziam conhecer sobre a HIV/Aids, 86,93% a sífilis, 82,78% herpes genital.

Em consonância com os resultados obtidos no estudo, outra pesquisa envolvendo 1250 estudantes de graduação de uma universidade na Nigéria demonstrou um alto índice de conhecimento em relação ao HIV e os locais onde poderiam se fazer os testes. Também nesse estudo, houve um alto índice de interesse relativo à realização de testes diagnósticos. Em outro estudo realizado na Tailândia também demonstrou alto índice de percepção e conhecimento sobre o HIV/Aids. Como resultado de uma investigação realizada com estudantes colombianos para analisar o conhecimento e práticas de prevenção do HIV/Aids, apontaram que os estudantes de maior idade e períodos mais avançados tiveram resultados mais elevados considerando as práticas de prevenção e boas atitudes (FONTE; et al., 2018).

Em uma pesquisa liderada por Silva e colaboradores (2019) em uma universidade pública de Piauí demonstrou que embora o baixo índice de contaminados por sífilis, o comportamento sexual de riscos destes estudantes apresentou-se alto uma vez que mesmo detendo do conhecimento sobre a transmissão da IST, alguns estudantes mantêm, sabidamente, comportamentos que ocasionam sua exposição.

O conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis obtidos durante o curso de graduação contribui para o autocuidado dos universitários obtendo maior

consciência e consequentes comportamentos de prevenção (MERENHQUE; et al., 2019).

Contrariando os achados desse estudo, diversas pesquisas na área demonstram que os estudantes universitários possuem conhecimento relativamente baixo no que diz respeito as IST, evidenciando dessa forma a necessidade de ações de educação permanente em saúde. Corroborando a esse fato, estudiosos apontaram que os universitários não apresentam o conhecimento esperado para o seu nível de escolaridade, esperando-se maior referência principalmente aos métodos de prevenção em geral. Esses dados se tornam preocupantes o conhecimento da transmissão e prevenção das IST constituem o primeiro passo para redução do comportamento sexual de risco (BEZERRA; et al., 2012; FONTE; et al., 2018).

De acordo com Souza (apud SALES; et al., 2016) os universitários possuem pouco conhecimento sobre a transmissão/contaminação do HIV/Aids tornando essa população vulnerável ao considerar essa infecção distante de si.

Relacionando os achados de Rocha e Silva (2014) onde destacam que os universitários possuem conhecimento adequado sobre as IST, 35,5% (44) dos respondentes afirmam estar sempre se atualizando sobre o tema e 28,2% (35) apenas quando alguma notícia os chama atenção. Mesmo diante de tal fato, ainda descrito por Rocha e Silva (2014), os universitários não utilizam preservativos em todas as relações sexuais o que demonstra que ter o conhecimento não é suficiente para uma prática sexual segura e assim diminuir o índice das infecções. Somados os respondentes que se informam com pouca frequência ou quase nunca se informam obtemos 38,7% (48) relacionando com estudos que demonstram o baixo nível de informação dos jovens sobre o tema.

No que consiste ao conhecimento relativo as infecções sexualmente transmissíveis, o resultado dessa pesquisa corroboram demais achados onde demonstram que os jovens universitários em sua grande maioria detêm o saber sobre a contaminação, sinais e sintomas e formas de transmissão, porém ainda assim assumem comportamento sexual de risco ao se relacionar de forma inapropriada com outras parcerias sexuais, colocando em risco a integridade de sua saúde (SALES; et al., 2016; SILVA; et al., 2019; GRAF; et al., 2019).

Os dados dessa pesquisa demonstram que 73,4% dos pesquisados afirmaram nunca ter contraído alguma infecção sexualmente transmissível, o que pode estar relacionado ao alto índice de utilização de preservativos entre a população entrevistada relativo as relações casuais. Embora com baixo índice, 11,3% afirmaram já ter sido reagente para sífilis, o que se pode relacionar com os dados do Boletim Epidemiológico 2020 onde a taxa de detecção para essa infecção mostrou-se crescente de 2010 (34,1 casos por 100.000 habitantes) até 2018 (76,2 casos por 100.000 habitantes), obtendo ligeira queda em 2019 (72,8 casos por 100.000 habitantes). Esse declínio pode ter ocorrência devido à demora da alimentação na base de dados do Sinan com a mobilização dos profissionais da saúde para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 (BRASIL, 2020).

Também com relação aos dados do Boletim Epidemiológico 2020 pode-se observar que a região Sudeste é a que tem maior prevalência de casos notificados pelo Sinan, 52,7% do total de 783.544 casos em todo o Brasil, ficando à frente da região Sul que apresentou 22,2%, a região Nordeste com 13,0%, o Centro-Oeste com 6,8% e pôr fim a região Norte com 5,2% de casos notificados. No que concerne as Unidades Federativas, o Espírito Santo foi o segundo estado dos onze maiores locais com a

detecção acima da média nacional, 117,1 casos/100.000 habitantes, perdendo apenas para o Rio Grande do Sul com 130,6 casos/100.000 habitantes. Esses dados podem corroborar a pesquisa realizada em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicada em 2021, onde o estado do Espírito Santo apresentou o menor índice nacional do uso de preservativos entre a população jovem pesquisada, apenas 18,1% dos jovens afirmaram ter utilizado preservativos em suas relações sexuais no ano (BRASIL, 2020).

Tabela 3 - Conhecimento X Contaminação por alguma Infecção Sexualmente Transmissível

Variáveis	Conhecimento		Contaminação	
	n	%	n	%
Infecção Sexualmente Transmissível				
HIV/Aids	123	99,2	4	3,2
Sífilis	117	94,4	14	11,3
Gonorreia	105	84,7	6	4,8
Tricomoníase	52	41,9	0	0
Herpes Genital	108	87,1	4	3,2
HPV e Condilomas	101	81,5	6	4,8
Hepatites Virais	101	81,5	2	1,6
Não conheço/Nunca tive	0	0	91	73,4

Fonte: pesquisa direta

Mesmo com baixo índice apresentado na pesquisa, a infecção pelo HIV/Aids ainda é considerada um problema de saúde pública. Apesar da diminuição da taxa de detecção de Aids entre 2012 a 2019 (18,7%) e o declínio da mortalidade pela Aids de 2014 a 2019 (28,1%), foram notificados 41.909 novos casos de HIV no Brasil em 2019. Essa diminuição do agravo e maior sobrevida ao indivíduo com a infecção, deve-se ao fato de maiores campanhas instituídas pelo governo e o maior acesso as informações de prevenção entre as comunidades de maior risco. A região Sudeste se mantém no predomínio de casos notificados pela infecção do HIV (44,4%) desde 2007 sendo a região Centro-Oeste com menor número de notificações (7,6%). Com relação a faixa etária, observou-se que a maioria dos casos de infecção pelo HIV se deu entre a população de 20 a 34 anos, com percentual de 52,7% dos casos (BRASIL, 2020).

Ao passo que os tratamentos para o HIV/Aids evoluem, outras infecções sexualmente transmissíveis, como a gonorreia e clamídia, estão apresentando altíssima resistência aos antibióticos empregados para o tratamento tornando-se assim infecções incuráveis devendo-se ter atenção especial por parte da educação (FONTE; et al., 2018).

Quanto a concordância entre a relação de ingresso a universidade e a proximidade e iniciação ao consumo de álcool e drogas ilícitas, a maioria 54% (67) discorda dessa relação. Ao contrário, 62,1% (77) afirmam ao concordar que as festas universitárias promovidas além de ser um ambiente de descontração e aproximação das pessoas, também colaboram para as relações sexuais desprotegidas (Tabela 4). Fatos estes que já foram descritos em outros estudos com o mesmo tema demonstrando uma grande relação entre o consumo de álcool e substâncias psicoativas antes das relações sexuais com a exposição ao comportamento de risco, uma vez que o

aumento da libido e diminuição do raciocínio lógico podem induzir a relações sexuais desprotegidas (ROCHA & SILVA; 2014 apud SALES; et al., 2016).

Tabela 4 - Opinião sobre comportamentos adquiridos após o ingresso as universidades relativas às festas universitárias, relação sexual desprotegida e aproximação com drogas ilícitas e álcool*

Variáveis	Concordo		Discordo	
	n	%	n	%
"O ingresso a universidade proporciona o conhecimento e aproximação das drogas ilícitas e álcool"	47	37,9	67	54
"As festas universitárias proporcionam um ambiente de interação com desconhecidos podendo ocasionar relações sexuais desprotegidas"	77	62,1	34	27,4

*Foram desconsideradas as abstenções de opiniões em ambas as perguntas.

Fonte: pesquisa direta.

A Tabela 5 descreve o percentual de respostas quanto a realização de testes/exames diagnósticos para as infecções sexualmente transmissíveis. Observou-se que a maior parte da amostra, 35,5% (44), não costuma realizá-los para detecção de nenhuma IST, o que pode ser confirmado em um achado feito por Clemente (2019) onde o resultado demonstrara também tal fato. Isso pode estar relacionado com o fato da relação de confiança atribuída a parceria não sendo necessário tal diagnóstico. Para a realização semestral ou anual, o percentual demonstrou-se bem próximo, sendo 27,4% (34) e 29,8% (37), respectivamente.

Tabela 5 - Frequência na realização de exames diagnósticos para as Infecções Sexualmente Transmissíveis

Variáveis	n	%
Pelo menos uma vez ao ano	37	29,8
A cada 6 meses	34	27,4
Após relação sexual desprotegida	3	2,4
A pedido do parceiro(a)	4	3,2
Não costumo fazer	44	35,5
Nunca fiz porque tenho medo do resultado	0	0
Prefere não opinar	7	5,6

Fonte: pesquisa direta

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura nos mostra diferentes definições acerca do comportamento sexual de risco e vulnerabilidade, tornando complexo as comparações sobre o tema. Não obstante a isso, fatores que em alguns estudos são tratados como características do comportamento sexual em outros são abordados como parte do comportamento sexual de risco. Sabe-se que a população universitária, em sua grande maioria, compreende jovens que estão em sua construção de identidade sexual buscando conhecer a sexualidade entre seus parceiros e outros meios de comunicação. Mesmo estando no ambiente universitário, estão expostos aos agravos a saúde por

conviverem com variados grupos sociais favorecendo o consumo de álcool ou drogas ilícitas, além de relações sexuais desprotegidas, o que os tornam vulneráveis (GRAF; MESENBURG; FASSA, 2020; SPINDOLA; et al., 2020).

Este estudo concluiu que os universitários entrevistados detêm o conhecimento necessário sobre as infecções sexualmente transmissíveis e possuem atitudes favoráveis ao uso do preservativo, porém isso não os esclarecem ou os protegem sobre os riscos à saúde sexual como um todo. Embora alguns estudos demonstrem uma baixa percepção em relação as formas de contaminação e prevenção as IST, principalmente com estudantes da área da saúde onde se espera maior discernimento dos fatos, foi possível entender que a população estudada possui conhecimento sobre os riscos advindos de uma relação sexual de risco. Imagina-se que o constante uso de aparelhos celulares com acesso à internet pode ter contribuído com o fato de aproximar e esclarecer as dúvidas dos jovens sobre as IST, visto o grande número de universitários que procuram sempre estar atualizado sobre o tema, já que o assunto ainda é um tabu entre as famílias.

Foi demonstrado que mesmo com os baixos níveis apresentados de contaminação por algumas das IST descritas na pesquisa, prevaleceu o maior índice de contaminação por sífilis, confirmando os achados feitos em outros estudos da mesma temática abordada. Diante desses resultados deduz-se que ainda existe preconceito ou receio em relação a assumir ou investigar uma IST entre a população jovem, uma vez que o sentimento de invulnerabilidade ainda se faz tão presente no cotidiano destes. A redução dos níveis de transmissão do HIV e óbitos pela AIDS demonstrados no Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde pode comprovar que a estimativa de vida da pessoa que vive com HIV (pvhiv) vem aumentando devido ao sucesso dos tratamentos oferecidos no sistema único de saúde (SUS) e aliado a isso as constantes campanhas de prevenção e esclarecimento sobre as infecções.

Considerando que grande parte da população estudada é sexualmente ativa, preocupa saber que a maioria não utiliza preservativos quando estão com parcerias fixas, o que os levam a crer que a extrema confiança na relação os abstém do perigo de contrair uma IST confirmando os dados de diversos estudos mencionados no artigo. Os jovens tendem a omitir as relações sexuais pregressas ao relacionamento fixo colocando em risco sua parceria quando se trata da não prevenção relativo a uma infecção sexualmente transmissível assumindo assim a vulnerabilidade de risco.

É importante salientar que os jovens reconhecem o preservativo como instrumento de prevenção a uma IST e os utilizam como estratégia de gestão de risco quando observado o resultado em que boa parte das relações sexuais casuais aconteceram de forma protegida. Porém o fato de muitos preferirem não opinar na pesquisa pode ocultar o uso inconsistente do preservativo nas relações sexuais aumentando a relação do comportamento sexual de risco.

Foi observado um alto consumo de bebida alcoólica pela população jovem universitária estudada demonstrando sua vulnerabilidade nas relações sexuais, onde uma grande parcela dos alunos afirma ter se relacionado sob efeito do álcool e concordam que o ambiente das festas promovidas pelos universitários propicia a relação sexual desprotegida. Esse achado está diretamente relacionado com os estudos já publicados onde pode-se perceber que os jovens em sua grande maioria lançam mão desse artifício para a socialização e em contrapartida o aumento da libido e conseqüente redução do poder de tomada de decisões, estes acabam colocando em risco sua saúde.

Tais evidências do presente estudo comprovam que o conhecimento sobre as infecções sexualmente transmissíveis e o comportamento sexual de risco não se relacionam diretamente visto que mesmo possuindo acesso as informações os jovens ainda adotam práticas sexuais inseguras. Não foi possível mensurar o nível de conhecimento dos estudantes relacionando os que são ou não da área da saúde, uma vez que o estudo não obteve amplo campo de atuação.

Assim, percebe-se que a universidade é o local de construção da identidade social, cultural e por assim dizer sexual daqueles que circundam esse ambiente, e nesse contexto se faz necessário adotar práticas de ações de saúde direcionadas a essa população reforçando a necessidade de maiores informações educativas de conscientização com tema de tanta relevância. A abordagem dos assuntos relacionados à segurança, prevenção e comportamento sexual devem ser ampliados a todas as áreas da universidade não limitando-se àqueles da saúde. Mesmo estes, deve-se fortalecer sobre os conhecimentos adquiridos acerca do assunto para que quando profissionais formados, saibam dedicar e atender a população mais vulnerável e carente de informações.

Sendo assim pode-se afirmar a necessidade urgente de discutir e ampliar as políticas públicas de saúde e a institucionalização da educação sexual nas escolas, com atualização constante de conceitos e fatores que podem influenciar e levar ao comportamento de risco dos jovens no ambiente da universidade, evidenciando a contribuição para uma vida sexual mais saudável e em contrapartida a diminuição das Infecções Sexualmente Transmissíveis nessa população. Os jovens universitários são importantes difusores de informações confiáveis sendo privilegiados ao obtê-las de fontes seguras, por profissionais devidamente capacitados, e essa atuação não deve se limitar aos muros da universidade e sim transcender os portões até a população mais carente focando nos métodos de prevenção amplamente divulgados e acessíveis a todos.

Por fim, esse estudo se limitou ao quantitativo de jovens investigados na instituição em questão, sendo oportuno que novas pesquisas na área sejam desenvolvidas para maiores esclarecimentos sobre a prática sexual insegura com a importância da adoção de métodos de prevenção principalmente no que tange ao uso de preservativos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, W. S. et al. Comportamento Sexual de risco e conhecimento sobre IST/SIDA em universitários da saúde. **Revista de Enfermagem**, Portugal, vol. IV, n. 10, p. 19-27, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388247711002>> Acesso em: 02 abr. 2021.

BEZERRA, E. O. et. al. Análise da vulnerabilidade sexual de estudantes universitários ao HIV/AIDS. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 13, n. 5, p. 1121-1131, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/11746>>. Acesso em 02 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Comportamento de risco eleva infecções sexualmente transmissíveis no Brasil. 2020**. Disponível em:

<<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/comportamento-de-risco-eleva-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-no-brasil>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para hepatite C e coinfeções**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Sífilis**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-sifilis-2020>>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico HIV/Aids**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2020>>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Hepatites Virais**. Brasília, 2020. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-epidemiologico-hepatites-virais-2020>>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRICKS, L. F. Vacina HPV: nova perspectiva na prevenção de câncer. **Revista de Biotecnologia e Ciência**, São Paulo, v. 29, n. 2, p.154-156, 2007. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/biociencia/article/view/394>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

CANINI, S.R.M da S.; GIR, E.; PELÁ, N.T.R.; PEREIRA, L.A.; REIS, R.B. Qualidade de vida de indivíduos com HIV/AIDS: Uma revisão de literatura. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 6, p. 30-39, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692004000600014>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CARDOSO, Luciana R. D.; MALBERGIER, André; FIGUEIREDO, Tathiana F. B. O consumo de álcool como fator de risco para a transmissão das DSTs/HIV/AIDS. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 35, sup. 1, p. 70-75, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-60832008000700015>>. Acesso em: 11 out. 2021.

CARMO, B. A. G. et al. Educação em saúde sobre infecções sexualmente transmissíveis para universitários de enfermagem. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Belém, v. 33, p. 1-7, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/10285>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

CARVALHO, A. L. S. et al. Sentimentos vivenciados por mulheres submetidas a tratamento para papilomavirus humano. **Escola Anna Nery Revista Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 248-253, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?is=127715306010>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

COSTA, M. C. et al. Doenças sexualmente transmissíveis na gestação: uma síntese de particularidades. **Anais Brasileiro de Dermatologia**, Rio de Janeiro, v. 85, n. 6, p. 767-785, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0365-05962010000600002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FELIPE, Ingrid Cunha Ventura. **Consumo de álcool e exposição ao HIV entre universitários: associação dos conhecimentos sobre HIV e práticas sexuais**. 2014. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/11127>>. Acesso em: 21 de set. 2021.

FERREIRA, Marcelo Simão. Diagnóstico e tratamento da hepatite B. **Revista Sociedade Brasileira de Medicina**, vol. 33, n. 4, p. 389-400, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0037-8822000000400010&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FONTE, V. R. F. et al. Conhecimento e Percepção de Risco em Relação as Infecções Sexualmente Transmissíveis entre Jovens Universitários. **Cogitare Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 441-451, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/328752865_conhecimento_e_percepcao_de_risco_em_relacao_as_infecoes_sexualmente_transmissiveis_entre_jovens_universitarios>. Acesso em: 21 out. 2021.

FONTE, V. R. F. et al. Jovens universitário e o conhecimento acerca das infecções sexualmente transmissíveis. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 1-7, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/43700>>. Acesso em: 03 ago. 2021.

GRAF, Débora D.; MESENBURG, Marília A.; FASSA, Anaclaudia G. Comportamento sexual de risco e fatores associados em universitários de uma cidade do Sul do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, Rio Grande do Sul, v. 54, n. 41, p. 1-13, 2020. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/rsp/article/view/169080>>. Acesso em: 03 out. 2021.

GIL, Maria Angelica Aires. **Vulnerabilidade as Infecções Sexualmente Transmissíveis no contexto universitário**. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Processos Institucionais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/22030>>. Acesso em: 01 nov. 2021.

GUIMARÃES, Carmem Dora. **Aids no feminino: porque a cada dia mais mulheres contraem Aids no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

GUTIERREZ, E. B. et al. Fatores associados ao uso de preservativos em jovens – inquérito de base populacional. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. único, n. 22, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720190034>>. Acesso em: 21 set. 2021.

HERNANDES, Leticia Clemente Olmos. **Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST): Concepções e Práticas de Estudantes Universitários/ as de um Município do Pontal do Triângulo Mineiro**. 2019. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Instituto de Ciências Exatas e Naturais do

Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27775>>. Acesso em: 12 out. 2021.

HUGO, T. D. O. et al. Fatores associados à idade da primeira relação sexual em jovens: estudo de base populacional. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 11, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/fyhb3wk4GH8f3KTh75sRsYf/?lang=pt#>>. Acesso em: 29 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde: 2019: acidentes, violências, doenças transmissíveis, características do trabalho e apoio social. Rio de Janeiro, 2020.

Como se proteger das doenças sexualmente transmissíveis em alta no Brasil. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-44962290>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

MERENHQUE, C. C. et al. Conhecimento e comportamento de acadêmicos de enfermagem acerca da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Rio Grande do Sul, v. 11, e. 4, p. 1-21, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/43700>>. Acesso em: 25 out. 2021.

MIRANDA, A. E. et al. Políticas públicas em infecções sexualmente transmissíveis no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 1-8, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-4974202100019.esp1>>. Acesso em: 21 set. 2021.

MOREIRA, Laísa R.; DUMITH, Samuel C.; PALUDO, Simone dos S. Uso de preservativos na última relação sexual entre universitários: quantos usam e quem são?. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1255-1266, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.16492016>>. Acesso em: 21 set. 2021.

PAREKH, B. S. et al. Diagnóstico da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana. **Revisões de Microbiologia Clínica**, v. 32, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1128/CMR.00064-18>>. Acesso em: 15 out. 2021.

PENELO, A. M. et al. Herpes Genital. **Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis**, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.dst.uff.br/revista25-1-3013/JBDST-2013-25-1.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

PENNA, G. O. et al. Gonorreia. **Revista Sociedade Brasileira de Medicina**, Uberaba, v. 33, n. 5, p. 451-464, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822000000500007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2021.

RAMOS, R. C. A. et al. Práticas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis entre estudantes universitários. **Texto & Contexto Enfermagem**, v.

29, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0006>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

ROTTA, Osmar. Diagnóstico sorológico da sífilis. **Anais Brasileiro de Dermatologia**, Rio de Janeiro, v. 80, n. 3, p. 299-302, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0365-05962005000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 set. 2021.

SALES, W. B. et al. Comportamento sexual de risco e conhecimento sobre IST/SIDA em universitários da saúde. **Revista de Enfermagem Referência**, Paraná, v. 10, série IV, p. 19-27, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12707/RIV16019>>. Acesso em: 22 set. 2021.

SANTANA, Rosana Santos Costa. **Práticas sexuais de jovens universitários e a vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis**. 2017. 169 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Enfermagem, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/11436>>. Acesso em: 22 set. 2021.

SILVA, T. D. A. et. al. Comportamento sexual e ocorrência de sífilis em estudantes universitários da área da saúde. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 24-32, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.17267/2317-3378rec.v9i1.2530>>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, L. C. L. et al. Conhecimento de homens jovens sobre infecção pelo HIV e fatores associados. **Revista Baiana Enfermagem**, Salvador, v. 34, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.18471/rbe.v34.37098>>. Acesso em 02 nov. 2021.

SPINDOLA, T. et al. Práticas Sexuais, Conhecimento e Comportamento dos Universitários em Relação as Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Revista Online de Pesquisa Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 5, p. 1135-1141, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i5.1135-1141>>. Acesso em: 08 out. 2021.

SPINDOLA, T. et al. Não vai acontecer: percepção de universitários sobre práticas sexuais e vulnerabilidade às infecções sexualmente transmissíveis. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, vol. 28, p. 1-7, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12957/reuerj.2020.49912>>. Acesso em: 08 out. 2021.

SZWARCWALD, C. L. et al. Comportamento de risco dos conscritos do Exército Brasileiro, em 1998: uma apreciação da infecção pelo HIV segundo diferenciais socioeconômicos. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 113-128, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2000000700010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SANCHEZ-GERMANY, M. A.; CONDE-GLEZ, C. J.; URIBE-SALAS, F. Abordagem de grupo central para identificar estudantes universitários em risco de infecções sexualmente transmissíveis. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 428-436, 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2021.